

A cidade em transformação: processos, conceitos e novos conteúdos

Rosa Moura^A

Resumo

Este texto traz para discussão conceitos de cidades e processos urbanos. Conceitos que se adjetivam a partir de novos conteúdos assimilados pela cidade na urbanização contemporânea e que emanam de processos cada vez mais complexos e multidimensionais. Inicia com a abordagem sobre cidade, urbano e urbanização, introduzindo os processos que serão postos na sequência. Entre os processos, destaca a metropolização, como um estágio avançado da urbanização, as relações em redes entre cidades, e introduz, mas não esgota, a reflexão sobre as condições e morfologias pós-metropolitanas.

Palavras-chave: Cidade. Urbanização. Metropolização. Aglomeração urbana. Periferização.

Abstract

This text discusses concepts of cities and urban processes. These concepts describe the new contents incorporated by the city in contemporary urbanization and which have emerged from increasingly complex and multidimensional processes. It begins with an approach to city, urban and urbanization, introducing processes that are set out sequentially. Featured amongst these processes is metropolization, which is considered an advanced stage of urbanisation, and the networks of relationships between cities. It also introduces, but does not discuss in depth, a reflection on post-metropolitan situations and morphologies.

Keywords: City. Urbanization. Metropolization. Urban agglomeration. Slumification.

CIDADE, URBANO E URBANIZAÇÃO

Não há como falar de cidade sem falar do urbano. E não há como tratar o urbano sem concebê-lo como o elemento estruturador do espaço. Também não há como se discutirem conceitos e definições sem considerar o uso comum, muitas vezes impróprio, da contraposição urbano/rural, posto que as relações territoriais se dão em totalidade. Tal contraposição se reforça nos critérios definidores do urbano e do rural para finalidades estatísticas, que

circunscrevem o urbano aos limites do perímetro legal definido pelo município – arbitrário, muitas vezes desatualizado em relação ao fato urbano em si.

Se o conceito de cidade está muito vinculado à materialidade do espaço construído – como o concreto, o lugar onde vivem os cidadãos, o material, o conjunto de infraestruturas, equipamentos e toda a materialidade que permite a vida coletiva de um conjunto cada vez maior de cidadãos coabitando (SOUZA; LINS, 1999) –, está também relacionado à civilização (IANNI, 1999). Cidade é, concomitantemente, um conceito descritivo, que permite apreender uma realidade material concreta, e interpretativo, pois evoca um conjunto de diversas funções sociais, como observa Sposito (2005). Dando suporte a esse entendimento, Rémy e Voyé

^A Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); especializada em Programa de Estudos em Redistribuição da População pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e da rede Observatório das Metrópoles. rmoura@pr.gov.br

^{*} A autora agradece a contribuição de Olga Lucia C. de F. Firkowski, pelo debate teórico-conceitual que orientou este trabalho.

(1992¹; 1994) conceituam cidade a partir da definição do laço existente entre um tipo de apropriação do espaço e uma dinâmica coletiva. A cidade surge como uma unidade social que desempenha um papel privilegiado nas trocas – materiais ou não –, em todas as atividades de direção e de gestão, e no processo inovativo. Lugar onde os vários grupos encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas, mediante a partilha legítima de um mesmo território.

Na visão histórica dominante da Economia Política, a cidade resulta do aprofundamento e expressa a divisão socioespacial do trabalho em uma comunidade como afirma Monte-Mór (2006) ao salientar o domínio da cidade sobre o campo, a partir do controle político. A produção é centrada no campo, e a cidade, espaço não-produtivo privilegiado do poder político e ideológico, retira do excedente nele produzido as condições de reprodução da classe dominante e de seus servidores diretos. Política, civilização e cidadania são conceitos que derivam da forma e da organização da cidade.

Esse mesmo autor historia que a cidade industrial surgiu no Brasil com a transformação dessa "cidade política" em "cidade mercantil", marcada pela presença do capital exportador e/ou pela concentração de comércio e serviços centrais de apoio às atividades produtivas rurais e centro de produção industrial. Outra hipótese é a da criação e/ou captura, por grandes indústrias, de pequenas cidades como espaços de produção monoindustrial, e do aproveitamento das médias e grandes cidades que reuniam as condições exigidas pelo capitalismo industrial, sob apoio do Estado, que regulava as relações entre capital e trabalho, e investia em infraestrutura, criando as condições gerais de produção para a indústria. Essas condições estavam restritas ao que Santos (1996) chamou "arquipélago urbano", evidenciando o caráter fragmentário e desarticulado da sociedade urbana brasileira.

¹ RÉMY, J.; VOYÉ, L. La ville: vers une nouvelle définition? Paris: L'Harmattan, 1992 (apud SPOSITO, 2005).

As relações entre as cidades se adensam com a industrialização. Lefebvre (1991) descreve, metaforicamente, que a cidade industrial sofre um duplo processo, de implosão e explosão. Implosão sobre si mesma e explosão sobre o espaço circundante, com a extensão do "tecido urbano", numa configuração socioespacial que estende ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo, as condições de produção antes restritas às cidades, conforme demandas da produção coletiva.

Nas palavras de Lefebvre, mais do que um tecido jogado sobre o território e diferentemente de uma morfologia, o tecido urbano corresponde ao "suporte de um 'modo de viver'", característico da sociedade urbana.

Na base econômica do 'tecido urbano' aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e 'cultural'. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos [água, eletricidade, carro, TV, serviços etc.] e sistemas de valores [uma racionalidade divulgada pela cidade por meio da moda, costumes, segurança etc.] (LEFEBVRE, 1991, p. 12).

Sendo assim, ampliam-se não apenas as periferias fortemente povoadas, como também as redes (bancárias, comerciais, industriais) e a habitação (residências secundárias, espaços e locais de lazer etc.), demonstrando que o fenômeno urbano "atravessa alegremente as fronteiras nacionais" (LEFEBVRE, 1991, p. 10) e que o tecido urbano é cada vez mais cerrado, porém com diferenciações locais e ampliação da divisão do trabalho.

Esse sentido amplo está presente no conceito de "urbanização extensiva", desenvolvido por Monte-Mór (2006), entendido como a materialização sociotemporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, estendidos para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano-industrial e ao espaço social como um todo. A centralidade urbana brasileira emana de

São Paulo e se desdobra na rede de metrópoles regionais, cidades médias e núcleos urbanos afetados por grandes projetos industriais, assim como na rede de pequenas cidades nas diversas regiões, em particular onde o processo de modernização ganhou uma dinâmica mais intensa e extensa. Isso se dá por meio da expansão da base material requerida pela sociedade e economia contemporâneas, e das relações de produção, que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço.

A urbanização estreita relações indissociáveis com os modos de produção, e a cidade se torna a expressão e condição das mudanças na divisão social do trabalho

A urbanização extensiva caminha assim ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões "novas" como a Amazônia e o Centro-Oeste, mas também em regiões "velhas", como o Nordeste, em espaços residuais das regiões mais desenvolvidas, nas "ilhas de ruralidade" no interior mineiro ou paulista. Em toda parte, a lógica urbano-industrial se impõe ao espaço social contemporâneo, no urbano dos nossos dias (MONTE-MÓR, 2006, p. 12).

O próprio conceito de urbanização traz implícito esse caráter extensivo. Conforme resgata Sposito (2005) de Beaujeu-Garnier (1980, p. 24), urbanização

[...] é o movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e tamanho, isto é, o desenvolvimento numérico e espacial das cidades; ocupa-se de tudo que está ligado à progressão directa do fenômeno urbano e transforma, pouco a pouco, as cidades ou os arredores e, freqüentemente, umas e outros.

Sob essa perspectiva, a urbanização é um processo de longa duração, que se inicia com o aparecimento das primeiras cidades e que se revela a partir de diferentes modos de produção, sob diversas formas; expressa e ampara a existência de uma divisão social do trabalho (SPOSITO, 2005).

Sintetizando a ideia, Souza e Lins (1999) definem urbano como expressão espacial do modo de produção e afirmam que o mundo capitalista é urbano. Indo mais além, que o próprio mundo hoje é urbano. Similar compreensão é revelada por Rodrigues (2007), para quem se pode "conceituar" o

urbano, entendido como modo de vida que atinge praticamente toda a sociedade, mas apenas "definir" a cidade, um objeto delimitado, e com objetivo, no âmbito da ação política.

A cidade é a forma espacial e lugar da concentração da produção, circulação, edificações, população, consumo de bens e serviços. "A cidade, que concentra e difunde o urbano, é um centro de decisão política." (RODRIGUES, 2007, p. 79). Mais que isso, com base em Lefebvre (1999, p. 56), Rodrigues afirma que as cidades podem

ser definidas "[...] como sendo a projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas o lugar sensível, mas também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento que determina cidade e urbano." Já o urbano, associado à indústria, refere-se a um horizonte de transformações territoriais; um processo "[...] de urbanização, da extensão do modo de vida, da diversidade das formas e conteúdos do urbano e das cidades, complexidade e unicidade enquanto processo das atividades econômicas, sociais e políticas do mundo contemporâneo" (LEFEBVRE, 1999, p. 80).

A atividade urbana engendra, pois, uma dinâmica abrangente, que extrapola o espaço que circunscreve as cidades; a urbanização estreita relações indissociáveis com os modos de produção, e a cidade se torna a expressão e condição das mudanças na divisão social do trabalho. A expansão das cidades no desenvolvimento dessas atividades obedece a lógicas comuns, mesmo configurando morfologias peculiares, apoiadas na ação do Estado, do mercado imobiliário e financeiro e do capital industrial. Provoca a interseção dos processos políticos e econômicos no espaço e a ação ideológica, compondo no cidadão hábitos e desejos que respondem às exigências dos distintos momentos da acumulação capitalista em sua dimensão espacial. Tais lógicas e processos resultam na desigualdade e segregação socioespacial.

Observando os modelos francês e norte-americano de expansão das cidades, percebe-se que as lógicas indutoras da urbanização são correspon-

dentos. No modelo francês, Lefebvre (1991) salienta dois processos: um, indutor, que é o processo de industrialização; outro, induzido, que são os problemas relativos ao crescimento, à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana. Recomenda que

o resultado desses processos seja a existência de uma "sociedade urbana" e não uma "sociedade industrial", como se consagrou chamar. Para Castells (2000, p. 65), o processo de expansão das cidades sob a industrialização pré e pós-guerra compõe

uma espacialidade diversa e seletiva, porém numa unidade de funcionamento que se traduz "[...] por uma divisão técnica e uma diferenciação social do espaço regional, tanto em termos de atividade e equipamento quanto em termos de população."

No modelo norte-americano, o desejo de deixar a cidade em troca de comunidades suburbanas evolui para movimentos de massa, devido à oferta e possibilidade da propriedade de imóvel em locais infraestruturados e dotados de serviços (muito menos que pela tendência antiurbana), criando formas estratificadas pela renda e pelo estilo de vida (GOTTDIENER, 1993). Como reflexo, as transformações socioespaciais do capitalismo provocam a destruição da vida comunitária centralizada. "O resultado da reestruturação sócio-espacial contemporânea foi a produção do desenvolvimento desigual." (GOTTDIENER, 1993, p. 33). A produção do ambiente construído e as mudanças na forma urbana são produtos diretos dos ciclos de acumulação do capital.

Soja (2002) também enfatiza o papel da promoção imobiliária, apoiada no transporte público e no automóvel, na lógica da expansão física da metrópole moderna, cujos principais agentes são os empreendedores privados e públicos. Buscadas originalmente pela classe média, as periferias passaram a ser inicialmente dormitórios "colarinhos-brancos", com restrições raciais e regulação restritiva para uso e ocupação. Posteriormente, tornaram-se nucleações de emprego, que sobrepuseram tais regulamentos, misturando racialmente a população. O esvaziamento das maiores zonas

industriais e nucleações do fordismo, provocado pela desindustrialização e reindustrialização pós-fordista, promoveu concentração de indústrias de alta tecnologia em novos espaços industriais, longe dos velhos centros.

O monopólio empresarial aumentou a centralização e a segmentação da força de trabalho em setores monopolistas e de livre concorrência

Durante o século XX, o monopólio empresarial aumentou a centralização e a segmentação da força de trabalho em setores monopolistas e de livre concorrência. Novas tecnologias de produção permitiram a separação entre funções administrativas e de produção, tornando os núcleos urbanos mais terciarizados. A indústria se espalhou pelos antigos anéis residenciais e a suburbanização transpôs o que antes eram as fronteiras administrativas da cidade.

A multiplicação da área de municípios separados incorporados substituiu a anexação como padrão principal da expansão territorial urbana, criando um grau de fragmentação política metropolitana de que nunca se chegara perto no passado. A paisagem urbana não apenas se estendeu por uma área muito mais vasta, como também se rompeu em muitos mais pedaços (SOJA, 1993, p. 217).

Nesse movimento de expansão física e fragmentação política, atuou fortemente o circuito imobiliário, provocando a deterioração e recomposição dos núcleos urbanos e a periferização (LEFEBVRE, 1991). Os deslocamentos de massa engendraram uma dinâmica abrangente que extrapolou o espaço que circunscreve as cidades, com uma rapidez na mudança de locais de alta densidade para outros mais satisfatórios, fazendo emergir a "cidade portátil" (GOTTDIENER, 1993).

Em lugar da forma compacta de cidade que outrora representava um processo histórico em formação há anos, existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social (GOTTDIENER, 1993, p. 14).

Nessa perspectiva da produção do espaço, os fenômenos socioespaciais são ao mesmo tempo

produtos e produtores. Assim, a desconcentração é tanto um produto de mudanças contemporâneas, quanto um processo socioespacial que não se refere apenas ao mercado de trabalho e à localização da atividade econômica, mas ao resultado dialético de fatores políticos, culturais e econômicos.

MOVIMENTOS DE EXPANSÃO E NOVAS FORMAS DA CIDADE

No caso brasileiro, a expansão das cidades e a formação das aglomerações urbanas obedecem a lógicas e processos com diferenças essenciais na natureza. Marcadas pela expansão da produção industrial e pela consolidação das metrópoles como *locus* de seu desenvolvimento, ao longo das décadas da segunda metade do século XX, as metrópoles brasileiras estenderam-se por áreas de ocupação contínua, agregando municípios vizinhos num mesmo complexo de relações. Configuraram densas regiões urbanizadas, nas quais o célere padrão de crescimento populacional dos polos, que passaram a assumir seletivamente funções mais qualificadas, cedeu lugar ao crescimento elevado das periferias, constituindo espaços nitidamente desiguais.

Nesses períodos, consolidaram-se as bases que deram a tônica da urbanização brasileira, materializando a forte associação do urbano não somente à modernidade, mas à pobreza, à "involução da qualidade de vida" (SANTOS, 1993), cuja origem, segundo Singer (1985), está na submissão da estrutura econômica a choques muito profundos, sem a inserção da grande massa da população que se encontrava na economia de subsistência, nos novos ramos de produção. A coexistência, aparentemente contraditória, de indicadores de desenvolvimento com indicadores de carência alimenta o quadro de desigualdades persistente entre metrópoles e no interior delas.

Os municípios periféricos, embora com redução nas taxas de crescimento populacional, mantiveram-se em expansão, demonstrando seu papel de sustentáculos da ocupação no processo de ampliação

física das metrópoles. Tendo forte associação ao valor da terra e a projetos imobiliários altamente especulativos, com vazios urbanos permeando as áreas incorporadas à ocupação – nitidamente mantidos como reservas de valor –,

A coexistência, aparentemente contraditória, de indicadores de desenvolvimento com indicadores de carência alimenta o quadro de desigualdades persistente entre metrópoles e no interior delas

essa expansão das periferias criou espacialidades caracterizadas majoritariamente pela extrema pobreza e carências diversas. Apresentou também, em alguns pontos determinados, processos de diversificação socioeconômica.

No processo de periferização urbana – de extravasamento da ocupação de centros dinâmicos para seu próprio interior, sobre áreas menos valorizadas, em direção a seus arredores imediatos, e logo também para as áreas mais distantes dos seus limites administrativos – foram se desvanecendo as fronteiras municipais. Na maioria das vezes, essa extrapolação incorpora municípios pouco dinâmicos, que se tornam "municípios-dormitórios", implicando subordinação e dependência e promovendo a segregação socioespacial.

Até as últimas décadas do século XX, as periferias brasileiras caracterizaram-se tanto pela distância física em relação ao centro, como pela distância social revelada nas precárias condições de acesso à moradia e ao direito à cidade por parte de seus moradores. Enquanto algumas partes da cidade se renovaram para o capital, um movimento horizontal de ocupação ampliou o universo construído, desafiando a capacidade de gestão pública. Deflagrou-se uma "gigantesca construção de cidades", carentes tanto no que se refere à renda, quanto à disponibilidade de infraestrutura e serviços; parte delas, "fora da lei" (MARICATO, 2000). Verdadeiras "fronteiras urbanas", que, em situação de crise, naturalizaram a segregação socioespacial e a exclusão, encadeando um ciclo perverso: periferia/pobreza/violência.

Na virada para o século XXI, usos e ocupações diferenciados passaram a disputar as mesmas áreas periféricas, nas quais se mesclam desde favelas até condomínios fechados de luxo; desde indústrias de "fundo de quintal" até serviços expressi-

vos da economia mundializada; desde ocupações vulneráveis até *shopping centers* etc. De fato, uma sucessão de eventos em simultaneidade, sob temporalidades diversas, passa a conviver em proximidade (SANTOS, 1999) e se torna a principal marca das aglomerações urbanas brasileiras.

Relacionada com a reestruturação econômica que atua na escala global, a ocupação de novas superfícies nos limites físicos da cidade em seu constante avanço e dinamismo esvaece a fronteira entre os âmbitos urbano e não-urbano e desconstrói a noção de cidade tradicional, compacta, densa, delimitável, caracterizada pela diversidade de usos e mescla de atividades. Resulta no que Monclús (1998) chama de "cidade dispersa", e que Dematteis (1998) decompõe em várias categorias que se sucedem a partir do "ciclo de vida urbano", envolvendo: (I) a concentração de população nas porções centrais da cidade (urbanização); (II) sua expansão pelos arredores, a suburbanização, com redução do crescimento e mudanças de usos nessas porções; (III) desurbanização, seguida por uma hipotética recuperação demográfica do núcleo central (reurbanização); e (IV) desconcentração urbana e contraurbanização.

Esses processos regem duas dinâmicas diferentes: a "periurbanização", ou recuperação da polarização urbana, que se manifesta como uma dilatação progressiva das coroas externas e das ramificações radiais dos sistemas urbanos; e as formas de expansão urbana independentes dos campos de polarização dos grandes centros, que na Itália se denominam "cidade difusa" – abordadas na sequência.

Ascher (1995) também se refere aos ciclos urbanos e à "contraurbanização", e às teses europeias do "declínio urbano", nos anos 1970, com base nos trabalhos de Berry (1976). Alega que não há um exemplo histórico de sociedade ou de civilização que sobreviveu a uma "desurbanização". Mostra que o deslocamento de atividades para a periferia (*corporate exodus*) tem uma dimensão seletiva quanto à natureza: as funções mais qualificadas, que impli-

cam contatos frequentes e tarefas não-rotineiras, e os serviços de alto nível das empresas continuam muito fortemente concentrados nas partes centrais, tradicionais, das cidades. A suburbanização de sedes sociais e de outras atividades de escritório

não elimina o papel do centro histórico como centro de *corporate service*, pelas tarefas qualificadas e estratégicas. Refere-se ainda à rurbanização, como o crescimento mais periférico, notadamente com a construção de casas individuais nas comunidades

rurais circunvizinhas (certos analistas acreditaram que essa rurbanização prefigurava a transposição, na França, de um modelo de suburbanização norte-americano), e à periferização, como a dinâmica segregativa dos menos abastados para as periferias, não descartando, todavia, a periferização das categorias dos trabalhos técnicos.

Periurbanização, ou a primeira dinâmica da cidade dispersa, segundo Dematteis (1998), corresponde ao processo de criação de novos assentamentos urbanos próximos às grandes cidades, em seus limites, como uma fronteira entre o urbano e o rural; ou próximas a grandes vias de comunicação, com uma morfologia difusa, seletiva, como uma "desconcentração concentrada" (DEMATTEIS, 1998). Para Gottmann (1970), deu-se, nos Estados Unidos, como um novo processo de colonização e "conquista" de territórios "virgens", a uma escala jamais vista, como a suburbanização da sociedade, marcando o início da crise da cidade e do meio natural tal como eram conhecidos. Tal observação sugere, como aponta Rufi (2003), que periurbanização seria algo mais que um novo modelo de urbanização, tratando-se mesmo de uma "ideologia" periurbana ou suburbana, associada à chegada, ao menos na França, do modelo de *suburbia* norte-americano. Esse é o termo que, a partir dos anos 1960, passa a denominar os subúrbios de classe média no entorno de grandes cidades norte-americanas, como fase de um processo de suburbanização que, nos Estados Unidos, tem início nos anos 1920/1930, mas que se intensifica a partir do pós-guerra, quando a maioria das cidades industriais

tradicionais começa a perder população absoluta. Dito modelo entra em crise nos anos 1970, dando origem ao movimento da "contraurbanização" (BERRY, 1976), associado às mazelas da cidade e do modo de vida urbano. Nesse contexto, emerge a expressão *pos-suburbia*, em reflexão de Teaford (1997)² sobre as origens e formas de governo do subúrbio pós II Guerra Mundial, como uma superação dos agravos do subúrbio tradicional e sua conversão em uma nova cidade progressivamente complexa em sua funcionalidade, que não se limita a ser só residencial, sintetizando-se na *edge city*.

Garreau (1991) define *edge city* como a cidade do limite ou das bordas, resultante da localização e realocação, fora da grande cidade, das indústrias mais competitivas e dos centros direcionais, seguindo a dinâmica da suburbanização iniciada nos anos 1950. São comuns nos Estados Unidos, compondo grandes projetos urbanos, com *shopping centers*, escritórios e residências, conduzidos sob forte apelo da mídia na conformação de um imaginário social peculiar. As *edge cities* e seus habitantes significam uma vanguarda, o pioneirismo de um novo modelo social, econômico e territorial. Garreau (1991) diferencia *edge cities* e *suburbia*, demonstrando que as primeiras são cidades, não subúrbios ou cidades satélite, como as segundas. Elas contêm os elementos definidores de uma cidade: indústria, governo, seguridade, cultura, sociedade e religião, centros de consumo e criação cultural, até o ponto de tornarem-se independentes dos centros metropolitanos. O apelo do capital imobiliário para sua promoção as define como novas cidades, "melhores" que as cidades precedentes, pois capazes de satisfazer seus residentes com um produto "de classe".

Ascher (1995) critica as *edge cities*, advertindo que essas e outras *outer-cities*, quaisquer que sejam os seus megacentros ou seus *minidowntowns*, estão ainda longe de formar novas cidades autônomas. Rufi (2003) também questiona as *edge cities* enquanto uma categoria de ocupação urbana,

² TEAFORD, J. Post-suburbia: government and politics in the edge cities. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997. (apud HARRIS, 1997).

afirmando que são majoritariamente um fenômeno econômico, cujos ideólogos são os agentes imobiliários.

No Brasil, a promoção dos grandes condomínios horizontais, que concorrem com as ocupações de baixa renda nas periferias das cidades, muitas vezes tem apelado para a noção de *edge city*. Embora esses condomínios constituam verdadeiras apartações urbanas, procurando oferecer serviços

de consumo, educação, lazer e, em alguns casos, até empresariais em seu próprio interior, não deixam de estar inseridos e se relacionando com o território do entorno, servindo-se da mão-de-obra pobre da vizinhança e constituindo um difícil diálogo com as administrações municipais e os demais segmentos da sociedade.

A segunda dinâmica sugerida por Dematteis (1998) – a da "cidade difusa" – é definida por Indovina (1990) – que tem como referencial a dispersão urbana da região do Vêneto nos anos 1970 e 1980 – como uma organização reticular associada à proliferação de pequenas e médias empresas e à consolidação de distritos industriais. A cidade difusa organiza-se em uma rede de pequenos e médios centros urbanos, incorporando os espaços agrários intersticiais. Apresenta baixa densidade edilícia, baixa especialização funcional do território, usos predominantemente urbanos, um sistema complexo e difuso de prestação de serviços urbanos, vida aparentemente autônoma dos fragmentos, porém com forte integração entre si e elevada mobilidade da população. Mesmo com essa dispersão que a caracteriza, não deixa de ser cidade ou de apresentar a tendência a reconstruir uma estrutura e uma lógica de cidade. Significa, assim, uma transição a uma nova forma de cidade.

A morfologia dessa cidade é resultante de uma dispersão e transformação nas práticas sociais e nas relações socioespaciais análogas à periurbanização. Diferentemente de uma forma autônoma e independente de organização, a cidade difusa constitui-se da transformação ou evolução de um modelo distinto de ocupação do território, como uma forma evolutiva de um determinado modo de

produção. Segundo Indovina (1990), esse processo evolutivo dá-se a partir da transformação da economia familiar agrária em regiões de pequenas propriedades, com excesso de mão-de-obra e sem ter vivido a migração, como ocorreu em outras épocas, mas sim a busca de trabalho em outros setores da economia, em cidades próximas ou no próprio meio, dando início à urbanização. Mais tarde, a industrialização endógena desses espaços agrários, com pequenas empresas dependentes do entorno social e territorial onde surgem, contribui na formatação de um modelo de urbanização difusa.

A cidade difusa é interpretada não como resultado da "difusão", do *urban sprawl*³ ou da dissolução da cidade compacta, mas de um duplo processo de "desdensificação" dessa cidade e, em maior escala, da densificação do espaço agrário e a partir dele. Para Indovina (1990), esses elementos guardam relação com a cidade concentrada, ao menos no que se refere à contemporânea multicentralidade, autonomia de fragmentos, embora ligados a uma mesma lógica de funcionamento na cidade, e ao uso da cidade por não-moradores, portanto caracterizando elevada mobilidade. A despeito de uma estrutura organizativa antagônica do território, o autor avança, inclusive, na hipótese de integração funcional entre cidades difusas e cidades concentradas.

No Brasil, a trajetória da acumulação do capital induziu lógicas e processos que expressam similaridades aos conceitos apresentados. A configuração estendida, aglutinando aglomerações urbanas, centros não-aglomerados e áreas de produção rural, com intensa mobilidade de população e mercadorias, numa primeira leitura, pode remeter à noção de *periurbanização* ou da cidade difusa. Mas, no caso brasileiro, ela tem, seja na origem, seja na forma de expansão, o sistema viário como sustentáculo, sem guardar relação essencial a um modo de produção que se transforma, se desenvolve e se consolida endogenamente.

³ Fenômeno de espraiamento do crescimento urbano por sobre áreas rurais e urbanas adjacentes.

No Brasil as periferias constituíram-se a partir de verdadeiras ocupações pioneiras da classe trabalhadora pobre

A relação com a cidade dispersa também chega a ser sugerida pelo aspecto físico caoticamente expandido de muitas cidades brasileiras. No entanto, essa aparência de desorganização, de caos na ocupação urbana, relaciona-se à lógica do mercado imobiliário, que atua compulsivamente no intuito de valorização e revalorização de espaços, criação de reservas de valor, seletividade na ocupação, deixando às populações mais pobres a difícil tarefa de desbravar, avançar fronteiras, criar a urbanidade – apropriada, depois pelo mesmo mercado no jogo contínuo da acumulação do capital. Embora o aspecto disperso seja aparentemente similar, a lógica da expansão distingue-se dos padrões europeus ou estadunidenses de criação de assentamentos periféricos para populações de renda média ou alta, como nas *edge cities*, entre outras formas de expansão nos países centrais. A produção imobiliária no Brasil muito se vale do discurso e do *marketing* usados nesses modelos de urbanização, mas no processo de expansão das aglomerações brasileiras prevalece a periferização da pobreza.

Assim, há que se ter claro que os conceitos internacionais, embora muitas vezes descrevendo processos e lógicas semelhantes, resultam de motivações históricas distintas e da presença de infraestruturas quase sempre inexistentes no caso brasileiro. Enquanto no Brasil as periferias constituíram-se a partir de verdadeiras ocupações pioneiras da classe trabalhadora pobre, desenvolvendo um enorme esforço de lutas para conquistar os benefícios da urbanização, em outros países, resultaram da formação de núcleos urbanos servidos por sistemas de transportes e de serviços, habitados por trabalhadores de melhor rendimento. A síntese de conceitos internacionais recorrentes ilustra essa diferença. Da mesma forma, teorias sobre os efeitos dos avanços da tecnologia de comunicações e informações na organização do espaço urbano e do estreitamento das relações em rede entre cidades também podem não se ajustar adequadamente à realidade brasileira, onde o novo pontua partes das cidades e não o espaço urbano em sua totalidade.

Transformações recentes na natureza das aglomerações urbanas e a ampliação da complexidade de suas dinâmicas surgem como efeitos desses avanços. De acordo com a teoria internacional, o desenho de expansão centro-periferia cede lugar a processos mais complexos e a formas mais diversificadas, sempre associados ao modo de produção e acumulação do capital, que nos últimos decênios do século XX promoveu mudanças de valores e acentuou heterogeneidades e diferenças.

Caravaca Barroso (1998) faz uma síntese das mudanças metropolitanas no âmbito das estruturas econômicas, sociotrabalhistas, institucionais e territoriais, frutos de uma verdadeira mutação da realidade até então dominante, associadas à transição do regime de acumulação para uma nova fase, chamada, entre outras denominações, de pós-fordista. A autora mostra que a incorporação de inovações altera não só os produtos como a produção em si, as formas de organização das empresas, as relações de produção e os fatores de localização, fazendo crescer o peso do capital intangível em relação ao fixo, antes dominante.

Tal tendência se contrapõe à progressiva concentração e centralização, que já não se submete a modos de regulação que freiem sua livre circulação. O desenvolvimento dos transportes e das comunicações muda significativamente a relação espaço/tempo, densificando os fluxos de produtos, pessoas, capital, tecnologias e informação entre estabelecimentos de uma mesma firma, empresas, setores e espaços, dando origem a redes crescentemente complexas em uma economia cada vez mais mundializada. Os impactos territoriais derivados desses processos são muito distintos, dado que respondem a diversas formas de articulação das sociedades em um sistema global, levando a novas formas de organização do território. Organização que se define num espaço de fluxos em constante evolução, afetando as mais distintas escalas e os mais diversos âmbitos territoriais.

Também se referindo aos efeitos urbanos e territoriais do estágio recente do capitalismo, sob reestruturação socioeconômica e de difusão e

adoção de novas tecnologias de informação e comunicação, De Mattos (2002) aponta a recuperação da importância das grandes cidades, de seu crescimento e conseqüente desencadeamento de novas modalidades de expansão metropolitana. Inclui entre essas a suburbanização, a policentralização, a segregação residencial, a fragmentação da estrutura urbana, entre outras. Admite que todos os países latino-americanos, em maior ou

menor medida, estão vivendo esse processo, pausado em políticas de liberalização e desregulação. Tais políticas significaram uma diminuição tanto da intervenção como da inversão pública, colocando o capital privado como protagonista do desenvolvimento urbano e mudando radicalmente as regras da gestão das cidades.

Para esse autor, nas cidades latino-americanas, as mudanças emanam de condições subjacentes a fases anteriores à globalização, ligadas a fatores endógenos, específicos das formações metropolitanas, afetando apenas marginalmente a identidade essencial dessas metrópoles. Agrega que "[...] *en virtud de estos procesos cada ciudad se transforma, pero preservando muchos de los rasgos establecidos y consolidados a lo largo de su historia, que son los que la distinguen de otras ciudades de su mismo ámbito geográfico*" (DE MATTOS, 2002, p. 6).

Quanto ao crescimento das Aglomerações Metropolitanas Principais (AMP) na América Latina, De Mattos (2005) questiona se obedeceria a um padrão análogo ao *urban sprawl*, com crescente expansão da metropolização, observando que o modelo que se impõe é o de Los Angeles. Esse modelo representa "[...] a expressão culminante da cidade norte-americana, onde o automóvel e as novas tecnologias da informação desempenham papel fundamental na dinâmica expansionista." (DE MATTOS, 2005, p. 351). A imagem da mancha de óleo já não traduz o fenômeno urbano que caracteriza a aglomeração emergente, muito mais complexa e difícil de delimitar que a cidade que a precedeu, portanto mais propensa à imagem de um arquipélago urbano, como definida por Veltz (1996). Empres-

O desenvolvimento dos transportes e das comunicações muda significativamente a relação espaço/tempo

ta de Sarlo (1994, p. 360)⁴ o termo "angelinização" (ou los-angelinização), dado que "[...] adquire sua mais ampla perspectiva, situando-se como um inextinguível destino."

Na reflexão de Lencioni (2006, p. 72), tais transformações, que incluem a renovação das áreas urbanas e a extensão da área territorial com incorporação de cidades e mudanças nas centralidades, configuram um novo aglomerado metropolitano, "[...] que se constitui num verdadeiro epicentro de fluxos de capitais, onde a densidade das redes territoriais encontra maior densidade e complexidade." Assim, as transformações na metrópole contemporânea não se espelham apenas em mudanças interiores e na sua expansão física, mas em sua articulação em redes. Ocorre, assim, um aumento dos fluxos e uma sobreposição de escalas de decisões e de materialização dos vetores de produção e de ocupação do espaço.

É extensa a literatura que trata de como e por que as relações em rede se densificam na contemporaneidade e sobre seus efeitos no território, desencadeando novas dinâmicas territoriais. Redes constituem-se em forças produtivas da economia globalizada e expressam fundamentalmente as dinâmicas da circulação do capital. Tal sua importância na contemporaneidade que, indevidamente, houve afirmações de que o espaço perdia o sentido diante desse novo universo reticular. O espaço, pelo contrário, torna-se um meio, fazendo, conforme Lencioni (2006, p. 66), "[...] a mediação necessária à reprodução do capital em escala globalizada".

DA METRÓPOLE TRANSFORMADA À PÓS-METRÓPOLE

Como um estágio avançado da urbanização no modelo de acumulação e divisão internacional do trabalho, a metropolização é a forma espacial do crescimento urbano devido ao rápido e concentrado crescimento econômico, à elevada imigração

sobre centros urbanos já constituídos, à existência de meios de deslocamento e ao papel do país na economia mundial (CASTELLS, 2000).

Além de decorrer da concentração de população e urbanização massiva, a metropolização resulta do reforço de funções econômicas superiores em matéria de decisão, direção e gestão de sistemas econômicos (LEROY, 2000). Mais que um simples fenômeno de grandes aglomerações, mas um processo que penetra no seu funcionamento cotidiano,

assim como de cidades e pequenos centros, e que engendra novos tipos de morfologias urbanas (ASCHER, 1998)⁵. Dada sua característica de inversão da relação estrutura-dinâmica da hierarquia urbana, a metropolização revela-se mais importante que sua configuração espacial (LERESCHE, 1995).⁶

Assim, a metropolização se daria sob ordem de práticas espaciais originais, constituição de novos tipos de território ou emergência e difusão de uma nova espécie de territorialidade. Qualificando o processo, afirma Lencioni (2006, p. 72) que a metropolização "[...] nada mais é do que uma metamorfose do processo de urbanização [...]", correspondendo a um momento mais avançado dele e "[...] exprimindo uma pós-urbanização, anunciando uma nova época". E a metrópole contemporânea, "[...] uma espécie de tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização" (LENCIONI, 2006, p. 71).

A metrópole expressa um novo tipo de civilização, repleto de subjetividades que interagem aos processos estruturadores do espaço urbano e que tornam indissociáveis o material, o simbólico, o concreto e o abstrato, numa mesma dinâmica urbana. Engendra um contexto favorável, senão um verdadeiro dispositivo de produção, como afirma Bourdin (2007), pois é nesse espaço – o maior, o mais intenso, o mais aberto – onde se cria a civili-

⁴ ASCHER, F. La République contre la ville. Essai sur l'avenir de la France urbaine. La Tour d'Aigues, Ed. De l'Aube, coll. Monde en cours, série Société, 1998 (apud LEROY, 2000).

⁵ LERESCHE, J.-P. Mythes et réalités de la métropole lémanique. In: LERESCHE, J. P.; JOYE, D.; BASSAND, M. Métropolization. Interdépendances mondiales et implications lémaniques. Genève: Georg-Institut Universitaire Kurt Bosch, 1995 (apud LEROY, 2000).

zação dos indivíduos, num movimento permanente, sem fronteiras precisas.

Si nos distanciamos del dualismo afirmaremos que la metrópoli no es solamente la fuente, ni la imagen o el símbolo de la civilización de los individuos, sino que es su forma, es decir, un conjunto indisoluble continente-contenido. En su totalidad contradictoria, material, imaterial, social, en su funcionamiento cotidiano y sus evoluciones permanentes, la metrópoli organiza esta civilización, la vuelve perceptible y comprensible (BOURDIN, 2007, p. 20).

Castells (2000, p. 53) afirma que a dimensão metropolitana "[...] trata-se de qualquer coisa a mais do que um aumento de dimensão e de densidade dos aglomerados urbanos existentes [...]", anotando que "[...] as definições mais difundidas, assim como os critérios de delimitação estatística não guardam esta mudança qualitativa e poderiam aplicar-se, de fato, a qualquer 'grande cidade' pré-metropolitana". O que distingue esta nova forma das precedentes não é só seu tamanho, mas a "[...] difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica" (CASTELLS, 2000, p. 53).

As metrópoles justificam, portanto, ser chamadas por Ascher (1995) como as mais dinâmicas, multifuncionais, as mais importantes das grandes aglomerações de um país, e que estabelecem relações econômicas com várias outras. Definem-se mais pelo relacionamento internacional de suas empresas, de seus capitais, de suas universidades, que pelas funções tradicionalmente regionais e por um interior de onde retira recursos e poder. Os espaços engendrados por essas dinâmicas urbanas contemporâneas não são simplesmente aglomerações ou morfologias concentradoras. Mais que isso, as metrópoles não são somente territórios, elas são também os modos de vida e de produção.

Resultam de/em um fenômeno complexo e multidimensional; adquirem alta densidade demográfica, porte e adensamento de funções urbanas, integração de infraestruturas física e econômica, papéis

e atividades urbanas exercidas através de meios de consumo coletivo. Tais elementos induzem certo padrão de ocupação e uso do solo, de deslocamentos e assentamentos humanos específicos, em determinado espaço social e historicamente construído. Metrópoles são também *locus* da geração de demandas, campos simbólicos e espaços de lutas políticas dos estratos sociais para consumo coletivo e inserção

no mercado de trabalho. Elas são o campo da diversificação produtiva coletiva, marcada por fortes nexos de complementaridade intersetorial, potência aglomerativa multifuncional, força de polarização sobre ampla região de influência, concentrando variadas funções públicas e privadas e exercendo centralidade dos equipamentos urbanos e de serviços terciários, conforme Brandão (2006).

Para esse autor, a densidade e a expansão do tecido urbano metropolitano desempenham o papel de verdadeira força coletiva de produção, como demonstrado pela literatura marxista. Nesses espaços se consolidam uma dinâmica e uma lógica de funcionamento da economia tipicamente metropolitanas. Consolida-se também um padrão de consumo e um modo de vida típicos. Assim, a metrópole centraliza o dinamismo socioeconômico e a força expansiva da riqueza material, mas também a diferenciação e segmentação social, a periferização, marginalização e outras formas de segregação socioespacial.

Soja (2002) descreve a metrópole moderna, dual, como a configuração de um mundo urbano monocêntrico, circundado de uma periferia dispersa, expressão da produção fordista e do consumo de massa. A metrópole regional adquire forma representativa de um mundo urbano concentrado num *core* ou numa cidade central, onde pulsa a economia, a cultura e a política, dominando e gerando movimentos centrípetos e centrífugos.

A condição metropolitana supera, pois, formas espaciais, embrenhando-se nas relações sociais, políticas e econômicas. Prepondera-se em centralidades principais sobre a totalidade do país, e seu *hinterland*, compondo uma espacialidade diversa, cuja unidade de funcionamento se traduz por uma

divisão técnica e uma diferenciação social do espaço regional, tanto em termos de atividade e equipamento quanto em população (CASTELLS, 2000).

Acionadas pela internacionalização, as metrópoles – não importa onde se situem – passaram a funcionar e evoluir segundo parâmetros globais. “Mas elas têm especificidades, que se devem à história do país onde se encontram e à sua própria história local” (SANTOS, 1990, p. 9). Tais especificidades podem levar ao que Santos chama de metrópole corporativa: a configuração resultante da enorme expansão dos limites territoriais da área metropolitana construída, associada à presença na aglomeração de uma numerosa população pobre e à “[...] presença e a forma como o Estado utiliza seus recursos para a animação das atividades econômicas hegemônicas em lugar de responder às demandas sociais” (SANTOS, 1990, p. 95).

Essa metrópole, fruto da produção corporativa do espaço, está voltada essencialmente à solução dos problemas das grandes firmas, considerando os demais como questões meramente residuais. Ela está muito mais preocupada com a eliminação das deseconomias urbanas do que com a produção de serviços sociais e com o bem-estar coletivo. Nela, o essencial do esforço de equipamentação está primordialmente a serviço das empresas hegemônicas, da modernização urbana, suprimindo as deseconomias externas e criando atratividades para novas empresas. O que resta é relegado aos parques orçamentos públicos.

Nas aglomerações, as relações em redes levam a que, quase sempre, os contatos entre centros criem laços mais estreitos que os contatos com as proximidades e as regiões do entorno, desfavorecendo-as, por vezes excluindo-as. A dinâmica que privilegia os principais centros urbanos está subordinada a estratégias de implantação de empresas, essencialmente as que produzem e vendem serviços, e contraria a previsão do declínio das grandes cidades. O espaço é requalificado e a natureza das relações entre as cidades se modifica, ressaltando a importância da conectividade, sem relegar a proximidade e a mobilidade no estreitamento dos laços entre os lugares, mesmo que resultem num espaço desigual.

Tratando dos países centrais, Leroy (2000) refere-se à passagem de um espaço unipolar para um

de natureza multipolar ou de uma metrópole intensiva – um hipercentro funcional, um nó ou junção de diferentes redes e funções raras –, para extensiva – que faz de um “cacho de cidades” uma metrópole coletiva, neste caso, usufruindo das funções da proximidade. Nesse novo modelo, de *hubs* (metrópoles) e *spokes* (meios de transportes materiais e imateriais), estaria ocorrendo o “efeito túnel”, que corresponde ao desaparecimento dos efeitos da travessia entre duas paradas, ou seja, a posição de meia distância, que outrora se beneficiou do dinamismo das pontas, com as novas tecnologias de transporte rápido e comunicações, torna-se a localização menos adequada (ASCHER, 1995). Engendram-se espaços “pós-urbanos”, sob a deslocalização da cidade pelos efeitos descentralizadores e deslocalizadores dessas novas tecnologias – muitas das quais, indisponíveis nos países periféricos.

Veltz (1996) chama território-rede o espaço facilitado pelas redes de comunicações e transportes, sob efeitos de novas conexões “túnel” e “teleatividade”, caracterizados pela linearização do crescimento, organizado geograficamente em filamentos, em redes lineares, em polímeros que se contrastam com o modelo aureolar da geografia tradicional, em completa ruptura com o modelo christalleriano, fazendo com que predominem as relações horizontais, não-piramidais, sobre as verticais.⁷

O território das redes cede lugar a um verdadeiro território em rede, onde cada pólo se define como um ponto de entrecruzamento e comutação de redes múltiplas, nó de densidade numa gigantesca confluência de fluxos que são a única realidade concreta – mas que são, assim, um desafio à representação e à imaginação (VELTZ, 1996, p. 65).

Para Veltz (1996), a economia territorial em rede não é nova. O que é novo são os sistemas de fluxos mundializados, provocados pela acelerada transformação no modo de competição entre firmas e mudanças na estrutura territorial, que fazem com que a metropolização da economia se afirme como uma tendência. A expressão territorial deixa de corresponder ao velho território hierarquizado,

⁷ Inversamente à conceituação de Milton Santos, aqui as relações “verticais” são as de proximidade, no âmbito hierárquico do território, enquanto as “horizontais” expressam aquelas entre pontos distantes, sob conexões em rede.

mosaico de zonas embutidas como “bonecas russas”, onde as atividades e funções se dão em cascatas da cidade capital aos núcleos rurais. Emerge um território de redes – onde o local e o global se interpenetram –, organizado em malhas horizontais complexas de atividades e de lugares. Veltz (1996) se refere à “economia de arquipélago”, com zonas, polos e redes, em movimentos que desenham uma geografia complexa e paradoxal, na qual a própria noção de centro e periferia torna-se menos pertinente. Refere-se ainda a um espaço onde as relações em rede de polo a polo o descrevem melhor que as hierarquias verticais tradicionais.

A consolidação das cidades como centros nodais em torno dos quais se articulam as novas dinâmicas da acumulação, sob impulso das políticas de liberalização econômica, desregulação e das novas tecnologias, configurou o que Sassen (2007) denomina uma grande rede global de cidades transfronteiriças, funcionando como pontos estratégicos para as operações econômicas globais. Ressalta-se que a expansão dos fluxos transfronteiriços conecta não só as cidades globais e aglomerações, como as cidades dos diversos níveis da hierarquia urbana. Tais fluxos operam em circuitos altamente especializados e diferenciados, multidirecionais, alimentando a “[...] geografia inter-cidades com nodos estratégicos esperados e inesperados” (SASSEN, 2007, p. 26). As cidades estariam, assim, conectando-se a circuitos distintos, especializados; redes particulares conectando grupos particulares de cidades, conforme seus diferentes papéis na dinâmica internacional da economia.

Enquanto o novo modelo provoca cada vez mais a divisão e a exclusão, percebe-se nas aglomerações latino-americanas o que Santos (1996) chama de um jogo dialético entre forças de concentração e dispersão na organização do espaço, no qual, neste período, as primeiras são poderosas, mas as segundas permanecem igualmente importantes. Com a restrição das tecnologias existentes, mesmo que se estreitem relações entre as metrópoles, seguem imprescindíveis as relações entre o núcleo e as periferias.

Determinados pelas lógicas, dinâmicas e processos analisados, inúmeros conceitos são atribuídos ao que se consideram novas formas ou novos conteúdos da cidade e da aglomeração (Quadro 1).

Desde o consagrado conceito de metrópole, formas complexas endereçam a uma nova noção, a da metrópole transformada, ou até mesmo a do fim da era da metrópole. Entre os conceitos, alguns se contrapõem à ideia de aglomeração, dentro da natureza de formações em descontinuidade, porém com forte articulação; outros adjetivam as cidades pelos seus novos conteúdos. Todos documentam esforços na identificação de tendências e na apreensão de traços e conformação morfológica, e ilustram a preocupação com as transformações na forma espacial das metrópoles em sua diversidade e especificidade pertinente a cada lugar e momento histórico. Uma síntese desse conjunto e suas principais referências ilustram a análise e podem instigar futuros debates.

A noção de metrópole, que, na visão de Santos (1990, p. 9), “[...] são os maiores objetos culturais jamais construídos pelo homem [...]”, embasa a maioria das definições que qualificam as principais cidades e aglomerações urbanas de um país. Aproxima-se e distingue-se do que se pode chamar “grande cidade”, dado que a condição do exercício do comando se manifesta nos espaços efetivamente metropolitanos. Mas “[...] onde termina a civitas e onde começa a metropolis?”, pergunta Leroy (2000, p. 81). Para ele, a “[...] metrópole evoca e continuará a evocar uma grande cidade, com todas as significações e representações que a qualificam” (LERROY, 2000, p. 82). É um território de geometria variável, com grandes limites, mono ou pluricentrado, que permite que a espacialidade decorrente se livre da cidade (legal) para engendrar a cidade real, conforme Leresche e outros (1995)⁸. A definição de sua organização espacial e funcionalidade é mensurável, mas a capacidade de uma cidade tornar-se metrópole é difícil de se apreender.

Alguns conceitos de ordem programática foram construídos associando-se à noção de metrópole, como os referentes às “regiões metropolitanas” brasileiras,⁹ às “megacidades”, amplamente citadas

⁸ LERESCHE, J.P.; JOYE, D.; BASSAND, M. Métropolization. Interdépendences mondiales et implications lémaniques. Genève: Georg-Institut Universitaire Kurt Bosch, 1995, apud Leroy (2000).

⁹ Cabe enfatizar que a compreensão acerca de metrópole e de região metropolitana da literatura internacional difere do entendimento recorrente no Brasil, onde a institucionalização das regiões metropolitanas apropriou-se do conceito, porém limitando-o a um recorte institucional. Criada a partir da base da concepção dos polos de desenvolvimento, nos anos 1970, desde então, “Região Metropolitana” passou a corresponder a uma porção definida institucionalmente, independentemente de ser ou não polarizada por uma metrópole.

Morfologias	Referência
Arquipélago urbano	VELTZ (1996)
Cidade arquipélago	VIARD (1994)***
Cibercities	BOYER (1996)*
Cidade difusa	INDOVINA (1990)
Cidade dispersa	MONCLÚS (1998)
Cidade dos bytes ou soft city	MITCHELL (1996)*
Cidade flexível	LEHRER (1994)*
Cidade global	SASSEN (1991, 1998)
Cidade informacional	CASTELLS (1999)
Cidade mundial	HALL (1966), FRIEDMANN (1986), FRIEDMANN e WOLFF (1982)
Cidade pós-moderna	AMENDOLA (1997)**
Cidade reticular	DEMATTEIS (1998)
Cidade-região global	SCOTT et al. (2001)
Edge city	GARREAU (1991)
Exópole	SOJA (1994, 2002)
Hipercidade	CORBOZ (1994)*
Megacidade	BORJA e CASTELLS (1997)
Megalópole	GOTTMAN (1970)
Megarregião	SASSEN (2007)
Metápole	ASCHER (1995)
Megalópole	GOTTMAN (1970)
Megarregião	SASSEN (2007)
Metápole	ASCHER (1995)
Metroplex	North Texas Commission (1972)****
Metrópole sem bordas	GEDDES (2002)
New burb	DAVIS et al. (1994)*
Outer city	SOJA (1994, 2002)
Pentúrbia	LESSINGER (1991)*
Pós-metrópole	SOJA (2002)
Post-suburbia	TEAFORD (1997)*
Privatopia	MCKENZIE (1994)*
Rurbano	BAUER e ROUX (1976)*
Suburbia	BAUER (1993)*

Quadro 1
Morfologias urbanas e urbano-regionais e respectivas referências principais

Fonte: Organizado pela autora.

* Referências extraídas de Rufi (2003).

BAUER, G.; ROUX, J. M. La rurbanisation, ou la ville éparpillée, Paris: Ed. du Seuil, 1976; BAUER, I. Le 'suburbia', sommes-nous concernés?, Urbanisme, 1, 67-88, 1993; BOYER, M. C. Cibercities: visual perception in the age of the electronic communications. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996; CASTELLS, M.; HALL, P. Technopoles of the world: the making of 21st century industrial complexes. Londres: Routledge, 1994; CORBOZ, A. Hyperville. Cahier 8, Givors, Institut pour l'Art et la Vie, Maison du Rhône, 112-129, 1994; CORBOZ, A. Le territoire comme palimpseste et autres essais. Besançon: Les éditions de l'imprimeur, 2001; DAVIS, J.; NELSON, A.; DJEKER, K., The new 'burb'. The exurb and their implications for the planning policy. Journal of the American Planning Association, vol. 60, 1, inverno, 45-59, 1994; ECHEVARRÍA, J. Telépolis. Barcelona: Destino, 1994; FISHMAN, R. Bourgeois utopias: the rise and fall of suburbia. Nova York: Basic Books, 1989; LEHRER, V. A. Images of the periphery: the architecture of flexispace. Environment and Planning, Space and Society, Edge cities in Western Europe, vol. 12, 2, 187-205, 1994; LESSINGER, J. Penturbia. When real state will boom after the crash of suburbia. Seattle: Socio-economics Inc., 1991; MCKENZIE, E. Privatopia: homeowner associations and the rise of residential private government. New Haven: Yale University Press, 1994; MITCHELL, W. J. City of bits. Cambridge: MIT Press, 1996; TEAFORD, J. Post-suburbia: government and politics in the edge cities. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997 (apud RUFÍ, 2003).

** Referências extraídas de De Mattos (2001).

AMENDOLA, G. La città postmoderna. Magie e paura della metropoli contemporanea. Roma: Laterza, 1997 (apud DE MATTOS, 2001).

*** Referência extraída de Lencioni (2006).

VIARD, J. La société d'archipel ou les territoires du village global. Paris: Ed. de l'Aube, 1994 (apud LENCIONI, 2006).

****<<http://www.ntc-dfw.org/ntcfaq.html>>

pelo projeto multilateral do mesmo nome. Outros tentaram avançar em direção a fenômenos superlativos, como "megalópole" (GOTTMAN, 1970), novas megacidades e hipercidades (DAVIS, 2004). Entre os conceitos difundidos nas últimas décadas do século XX, o de cidade mundial de Hall (1966) e Friedmann (1986) e o de cidade global de Sassen (1991) vêm sendo os mais discutidos, particularmente pela sua vertente paradigmática. Intrinsecamente associados a eles, outros conceitos referem-se

a morfologias que transcendem espacialmente o âmbito urbano compacto ou disperso: cidade-região global (SCOTT et al, 2001) e megarregião (SASSEN, 2007).

Sob perspectiva da forma, tanto a noção de cidade-região global quanto a de megarregião resgatam ideias acerca da megalópole dos anos 1970, que, por sua vez, inscreve a noção de "metápole", ou "metametrópole": termo proposto por Ascher (1995) para uma "pós-polis", ou algo que ultrapassa e engloba a polis.

Esse autor postula que a metápole é profundamente heterogênea e não necessariamente constituída por contiguidade. Contém uma ou várias metrópoles ou como mínimo uma cidade de milhares de habitantes, com crescimento radioconcentrico, linear ou em metástase. Tem origem num processo de metropolização "metastásica", ou aparição de elementos de natureza metropolitana em territórios não contíguos e não-metropolitanos; de espaços metropolizados cujo conjunto ultrapassa e engloba as zonas metropolitanas *stricto sensu*; arquipélagos em metástase, desenvolvendo-se de maneira anárquica, não hierarquizada. A metápole emerge como uma "etapa" ou uma "fase" nesse processo de urbanização supra-histórico, como uma forma urbana coestruturada pelo uso das novas técnicas de comunicação, de conservação e de deslocamento dos bens, pessoas e informações. Metropolização e metapolização constituem, assim, um quadro no qual atuam forças econômicas, sociais, políticas e culturais, influenciando suas dinâmicas e evolução.

Também rompendo com as estruturas hierárquicas de lógica christalleriana, outras concepções morfológicas acentuam as características de grandes espaços sem centro, sem unidade, pós-polis, como se verifica nas noções de exópole (ou ex-pólis, o que já não é mais cidade) e pós-metrópole (SOJA, 1996; 2002). São designações voltadas para o fenômeno urbano dos anos 1970, decorrentes de análises em torno de Los Angeles, considerando a evolução da forma e conteúdo da metrópole

agindo no comportamento da sociedade sob crises e reformulações do sistema capitalista, conformando novas estruturas metropolitanas. Para Soja (1996, p. 238), exópole, ou a "cidade sem cidade", sintetiza toda uma ordem de conceitos anteriores pertinentes a amorfas implosões, como os arcaicos subúrbios, as *outer city* ou *edge city*, as *technopoles*, *technoburbs*, *silicon landscapes*, *pós-suburbia*, *metroplex*, entre outras.

A pós-metrópole surge como metáfora da metrópole, ou exópole, que emerge do novo processo de urbanização, decorrente da globalização e reestruturação da economia. Transformada nos últimos anos com mudanças na organização espacial e na condição urbana, essa metrópole traz no "novo e diferente" um amplo espectro de termos e representações. A cidade tornada "*inside-out*", pela urbanização periférica e expansão dos entornos; ou "*out-side in*", pois todas as periferias do mundo estão no centro, em sua própria zona simbólica. Ou seja, o processo de internacionalização cria conjuntos de paradoxos, pois implica se estender "para fora", do urbano para o global, e "para dentro", do global para o local-urbano.

Essas noções dividem, implícita ou explicitamente, a ideia de que "a era da metrópole moderna acabou". Para Ascher (1995), a colocação em perspectiva histórica confirma a tendência de que a metropolização, longe de assistir a um recuo das metrópoles, e hoje a formação das metápoles, não aparece como fenômeno contingente, mas como forma avançada de um processo de urbanização que começou muito cedo na história da humanida-

Metropolização e metapolização constituem, assim, um quadro no qual atuam forças econômicas, sociais, políticas e culturais, influenciando suas dinâmicas e evolução

de e que não cessou de progredir até nossos dias. Para Soja (2002), as transformações pós-metropolitanas não significam o desaparecimento da metrópole, mas que seu domínio social, cultural, político e econômico, como formas distintas da organização do habitat humano, não estão longe de ficar no passado. E que uma nova forma de habitat está emergindo, não como uma total recolocação, mas como uma nova etapa do desenvolvimento urbano contemporâneo.

Conceitos e postulações são muitos, para os tantos significados que as cidades vêm adquirindo ao longo do tempo. Apesar das mudanças nos cursos dos processos, a cidade e o urbano não perdem sua centralidade na vida cotidiana. E assim, novos conceitos virão, sem que se tenha esgotado sequer a compreensão quanto à sua essência.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, F. *Metropolis ou l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.
- BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- BERRY, B. Urbanization and counter-urbanization. *Urban Affairs Annual Review*, Beverly Hills, n. 22, 1976.
- BOURDIN, A. *La metrópoli de los individuos*. Puebla: Universidad Iberoamericana Puebla, 2007.
- BRANDÃO, C.A. Espaço, escala e economia metropolitanas: em busca de referenciais teóricos e analíticos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 9., 2006, Bahía Blanca. *Anais...* Bahía Blanca: Argentina, 2006. 1 Cd-Rom.
- CARAVACA BARROSO, I. C. Los nuevos espacios ganadores y emergentes. *EURE*, Santiago, v. 24, n. 73, p. 5-30, dez. 1998.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DAVIS, M. Planet of slums. *New Left Review*, n. 26, p.5-34, mar./abr. 2004.
- DE MATTOS, C. A. Crescimento metropolitano na América Latina. Los Angeles como referência? In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. *Economia e território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- _____. Metropolización y suburbanización. *EURE*, Santiago, v. 27, n. 80, maio p. 5-8, 2001.
- _____. Transformación de las ciudades latinoamericanas. ¿Impactos de la globalización? *EURE*, Santiago, v. 28, n. 85, p. 5-10, dez. 2002.
- DEMATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. (Ed.). *La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.
- FRIEDMANN, J. The World City Hypothesis. *Development and Change*, n. 4, p.12-50, 1986.
- GARREAU, J. *Edge city: life in the new frontier*. Nova York: Doubleday, 1991.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da USP, 1993.
- GOTTMAN, J. A urbanização e a paisagem americana: o conceito de megalópole. In: COHEN, S. B. (Org.). *Geografia humana nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1970. (Estante de Ciências Sociais).
- HALL, P. *The World Cities*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1966.
- HARRIS, R. Post-suburbia: government and politics in the edge cities. *Urban History Review*, out. 1997. Disponível em: <<http://www.articlearchives.com/government-public-administration/government-bodies-offices/592797-1.html>>. Acesso em: 5 out. 2007.
- IANNI, O. Cidade e modernidade. In: SOUZA, M. A. A. de et al. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: CEDESP, 1999.
- INDOVINA, F. *La città diffusa*. Venezia: Daest (Dipartimento di Analisi Economica e Sociale del Territorio), 1990.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B. d a; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Orgs.). *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006.
- LEROY, S. Sémantiques de la métropolisation. *L'Espace géographique*, Montpellier, n. 1, p.78-86, 2000.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva: metrópole e globalização*. São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, out./dez. 2000.
- MONCLÚS, F. J. Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas. In: MONCLÚS, F.J. (Ed.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.
- MONTE-MÔR, R. L. de M. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006. (Texto para discussão, n. 281).
- RÉMY, J.; VOYÉ, L. *A cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- RODRIGUES, A. M. Conceito e definição de cidades. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. dos. *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan/Observatório das Metrópoles, 2007.
- RUFÍ, J. V. ¿Nuevas palabras, nuevas ciudades? *Revista de Geografia*, Universitat de Girona, n. 2, p.79-103, 2003.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SASSEN, S. El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. *EURE*, Santiago, v. 33, n. 100, p. 9-34, dez. 2007.
- _____. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton, New Jersey, 1991.
- SCOTT, A. J. et al. Cidades-regiões globais. *Espaço e debates*, n. 41, p. 11-25, 2001.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.
- _____. *The third space: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.
- SOUZA, M. A. A. de; LINS, S. C. *Metrópole e globalização: refletindo sobre São Paulo*. São Paulo: CEDESP, 1999.
- SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Presidente Prudente, 2005.
- VELTZ, P. *Mondialization. Villes et territoires. L'économie d'archipel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.